

Vulnerabilidade interna

O que não faz um ano eleitoral! Depois de ter aprovado ou tolerado um brutal aumento da carga tributária ao longo do governo FHC, o Congresso está aprovando reduções de impostos. A Tabela do Imposto de Renda Pessoa Física foi finalmente corrigida, depois de anos de congelamento, e a alíquota máxima cai de 27,5% para 25% no próximo ano. Além disso, as empresas prestadoras de serviços – nas quais se abrigam profissionais liberais que trabalham sem carteira assinada – não terão elevada de 1% para 3% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Isso já está votado. E logo deve ser aprovada no Senado a emenda constitucional que, se prorroga a CPMF até 2004, reduz a alíquota no último ano de 0,38% para 0,08%, uma queda significativa. A este nível, a sociedade estaria recolhendo hoje aos cofres públicos cerca de R\$ 80 milhões por semana, contra os atuais R\$ 400 milhões. Nessa mesma emenda, o Senado deve confirmar a decisão da Câmara dos Deputados que eliminou a CPMF de boa parte das transações no mercado de capitais.

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, reagiu exatamente de acordo com sua biografia: previu,

ou pediu, uma “carga pesada de impostos” para recompor uma arrecadação que, sem aquelas mudanças, alcança mais de 34% do Produto Interno Bruto (PIB).

Como reagirão os candidatos?

Todos os chamados prescindíveis têm pronta a resposta: reforma tributária. Óbvio. Mas, para não repetir a história do governo FHC – que falava em reforma enquanto aumentava impostos e contribuições de má qualidade –, os candidatos precisariam olhar para o outro lado desta conta, o lado da despesa. No momento, eles estão olhando, mas com o olho gordo de quem promete aumento de gastos, aliás, o outro comportamento-padrão de ano eleitoral.

O problema, porém, é que não se trata apenas de comportamento de ano eleitoral. Não faz muito tempo, a revista *Economist* mostrou que o gasto público tem se elevado em todo o mundo de maneira constante, mesmo nos períodos em que prevalecem as doutrinas liberais e/ou conservadoras do tipo “tirem o Estado de nossas costas”.

A demanda por gasto público parece infinita, mesmo que mude de objeto. Em um dado momento, a sociedade pede que o Estado construa estra-

das. Em outro, que forneça ensino gratuito ou pague aposentadorias generosas. E assim vai.

Para financiar isso, só há duas possibilidades: aumento da carga tributária ou maior endividamento público. As duas coisas aconteceram em quase todos os países, inclusive e muito especialmente no Brasil de FHC. Acusado de neoliberal, o governo aumentou as despesas de todos os tipos, em todos os anos.

Diz-se que o problema das contas públicas brasileiras está na taxa de juros elevada, sendo esta consequência do déficit nas contas externas. É verdade que os juros foram absurdamente elevados e que continuam muito altos, impondo uma pesada despesa financeira.

Mas eliminem-se os juros dessa conta e o que se encontra? As despesas primárias do governo federal – pagamento de salários, aposentadorias, custeio da máquina e investimentos – aumentaram sistematicamente. Em 2001, passaram um pouco de R\$ 203 bilhões, isso representando 17,1% do PIB, contra 16,1% em 2000. Só com Previdência, os gastos do ano passado foram além de R\$

103 bilhões. Acrescentem-se as despesas primárias de governos estaduais e prefeituras e se ultrapassa com folga os 25% do PIB, que seria a carga tributária adequada para a economia brasileira. Ou seja, antes da despesa financeira já temos um problema de gastos excessivos e em alta.

O que se fez nos últimos anos foi acomodar a receita a esse aumento de gastos. Criou-se, assim, este sistema tributário que arrecada demais e de um modo que dificulta (e encarece) a atividade produtiva de empresas e pessoas.

Sabemos bem das dificuldades políticas para se votar uma reforma tributária ou para avançar nas reformas administrativa e da Previdência, que permitiriam ao menos conter o aumento de gastos nesses itens.

Mas não se pode concluir daí que não há o que fazer. Fala-se muito na vulnerabilidade da economia brasileira pensando-se somente nas contas externas. Estas são as vulnerabilidades internas, não menos preocupantes. O problema aparecerá inteiro para o próximo presidente.

As despesas primárias do governo federal aumentam sem parar